

CAPITALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS NA ROMA CLÁSSICA: A VISÃO DE ROSTOVZEFF SOBRE A QUEDA DE ROMA

Widerman Júnior¹
Pedro Paulo Abreu Funari²

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar os debates em torno da economia romana. O objeto de estudo é a interpretação de Mikhail Rostovtzeff, segundo o qual Roma poderia ser enquadrada em termos capitalistas. O contexto, as razões e os diálogos que o nortearam constituem o tema deste trabalho.

Os objetivos principais são: a) analisar, mediante o escrutínio da interpretação de Rostovtzeff, a relação dialética entre passado e presente, na qual os desejos e as aflições dos modernos moldam a sua visão a respeito dos antigos, de forma que a antiguidade passa a servir de exemplo ou de aviso para a modernidade; b) apontar como os debates que envolvem a economia romana podem ser de extrema relevância para o entendimento da sociedade atual, uma vez que eles giram em torno da definição e da compreensão do que é o capitalismo. Para tanto, o artigo foi dividido em cinco tópicos, que abordam, em sequência, a Teoria da História, a biografia do autor, o debate econômico, os conflitos sociais e, por fim, reflexões sobre o passado.

PALAVRAS-CHAVE: Roma. Economia. Luta de classes. Rostovtzeff.

¹ Graduando do Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP).

² Professor titular de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CAPITALISTS AND REVOLUTIONARIES IN CLASSIC ROME: ROSTOVITZEFF'S PERSPECTIVE ON THE FALL OF ROME

ABSTRACT: This article intends to go through the debates concerning the roman economy. The object of study is the interpretation of Mikhail Rostovtzeff, according to whom Rome could be classified in capitalistic terms. The context, motives and dialogues that guided his work are the subjects of this paper.

The main objectives are: a) to analyze, through the scrutiny of Rostovtzeff's interpretation, the dialectic relation between past and present, in which the wills and fears of modern observers mold their perception about the ancients, so that ancient history becomes either an example or a warning to modernity; b) to point out how the debates concerning roman economy can be extremely relevant for a broader comprehension of our current society, since the debates revolve around the definition and the comprehension of the capitalist system.

In order to achieve these goals, this article is divided into five sections. Which one contains, in sequence: theory of history, a biography of the author, the economical discussion, the social conflicts and, at last, reflections about the past.

KEYWORDS: Rome. Economy. Class Struggle. Rostovtzeff.

INTRODUÇÃO

Edward Carr, em seu ensaio *What is History?*, formulou o significativo aviso de que se deve conhecer o historiador, antes de conhecer os fatos por ele narrados [1961] (1987).

A afirmação do britânico Carr foi redigida na década de 1960, no auge da Guerra Fria e em meio ao reposicionamento das balizas teóricas das Ciências Humanas, em que aspectos como tempo, subjetividade e relativismo passaram, a partir desse momento, a ser mais discutidos (BRAUDEL, 1965; CERTEAU, [1975] 2002; VEYNE, [1970] 2008).

Já desde a chamada primeira geração dos Annales, capitaneada por Bloch, a História, enquanto disciplina, foi despida pouco a pouco do seu caráter puramente objetivo e factual, passando, em seu lugar, a assumir um aspecto mais parcial, que viria a ser ainda mais acentuado nas décadas seguintes. A *history from below* dos ingleses, afamada justamente pelas convicções políticas que guiaram os trabalhos de seus historiadores, é uma demonstração disso (HOBSBAWM, 2013)

Já à época de Carr, portanto, não se aceitava a alegação de que os documentos pudessem falar por si próprios: é preciso, conforme Bloch já enunciara anos antes, fazer perguntas a eles (2002, p. 79). Mas, se assim for, também é verdade que as indagações formuladas e as respostas extraídas irão variar segundo a perspectiva de cada autor (THOMPSON, 1981). A tese que, então, vigorava era a de que tanto as fontes quanto os próprios historiadores deveriam ser objetos de escrutínio, uma vez que, situados no âmbito do discurso, ambos seriam enviesados, parciais e, por conseguinte, sujeitos a questionamentos.

Admite-se, assim, que cada obra, ao invés de ser vista como um espelho direto do passado, necessita de ser contextualizada no que diz respeito à época em que foi produzida e às intenções de cunho político de quem a escreveu. Afinal, o juízo que o historiador faz da sua fonte revela um determinado posicionamento, que pode ser do seu interesse. Com isso, tanto as experiências pessoais quanto a posição social ocupada são percebidas como elementos que influenciam o valor atribuído aos eventos e aos personagens do passado, o que levará Carr a resgatar a citação de Croce de que, ao fim, “toda história é história contemporânea”(1987, pp. 20-21).

Tais ponderações servem de preâmbulo e justificativa ao presente artigo, para o qual as afirmações de Carr são tanto mais verdadeiras e significativas

quando se leva em consideração que o objeto de estudo é investigar um historiador, Mikhail Ivanovich Rostovtzeff, cuja interpretação acerca da queda de Roma foi moldada por acontecimentos pessoais. Caso essa informação não seja levada em consideração, torna-se impossível compreendê-lo.

Parte-se, aqui, da premissa de que a maneira singular com a qual ele selecionou e analisou os documentos está relacionada ao caráter abertamente subjetivo e político de sua obra, bastante preocupada com os fatos contemporâneos a ela. Por esse motivo, se é preciso primeiramente conhecer o historiador, este artigo principiará com uma breve biografia de Rostovtzeff, uma vez que se entende que ela é de notável relevância para a compreensão das suas visões e dos seus julgamentos sobre o evento histórico abordado.

O AUTOR

Filho de um latinista que lecionava em colégios, Mikhail Ivanovich Rostovtzeff nasceu em 1870, na cidade de Zitomir, na Rússia Czarista, em um território que hoje pertence à Ucrânia (FUNARI, 2020). Foi criado, portanto, em um ambiente classicista e pequeno-burguês, situado historicamente logo após a Libertação dos Servos, de 1861.

Seguindo os passos ascendentes de Rostovtzeff, descobre-se que ele se graduou na Universidade de São Petersburgo. Durante seus estudos, publicou um livro sobre escavações em Pompeia, o que já evidenciava desde cedo o seu interesse pela arqueologia, além de revelar seu caráter de intelectual promissor (*ibid.*).

Nas áreas clássicas, lecionou em colégios por certo tempo e, em seguida, no ano de 1903, passou a dar aulas na Universidade de São Petersburgo, a mesma em que se formara (*ibid.*). Participou de revistas,

institutos e academias de diversos pontos da Europa, e, a despeito de sua jovem idade, já havia conquistado certa notoriedade com suas abordagens arqueológicas e econômicas. De fato, foi um dos primeiros a reconhecer a importância da arqueologia para os estudos históricos, utilizando-a em larga escala em seus trabalhos (*ibid.*).

Da posição que partira, Rostovtzeff já havia galgado passos notórios, os quais, no entanto, foram interrompidos pelos desdobramentos da Revolução Russa; mais especificamente, pela Revolução de Outubro. Membro do Partido Constitucionalista Democrata, os chamados *Kadets*, Rostovtzeff, assim como tantos outros, caiu em desgraça quando os bolcheviques ascenderam ao poder. Por ser de espectro liberal, foi obrigado a se exilar, vivendo, a partir desse momento, toda a sua vida fora da Rússia (*ibid.*).

Viajou, primeiro, para a fronteira com a Finlândia e, de lá, foi para a Inglaterra, onde conseguiu se empregar como professor em Oxford. Em território inglês, no entanto, por ser russo, enfrentou a desconfiança e o desdém de muitos de seus pares. Não era bem-vindo, a ponto de aspectos como o seu forte sotaque serem causas de importunações e aborrecimentos (*ibid.*). Por isso, decidiu refugiar-se nos Estados Unidos, onde acabou por encontrar melhor acolhida.

Rapidamente se tornou uma das maiores autoridades em História Antiga e passou a lecionar na Universidade de Yale, na qual se aposentou em 1944 (*ibid.*). Terminou os seus dias no continente americano, em 1952, na idade de 81.

Foi durante os seus primeiros anos em solo estadunidense que ele produziu duas obras notórias, as quais serão os temas deste artigo: a ensaística *Rome*, em 1927, e a monumental *Social and Economic History of The Roman Empire*, publicada no ano anterior.

Embora possuam o mesmo pano de fundo, a natureza de ambas difere. A primeira, assemelhando-se ao ensaio, é mais sucinta e dinâmica, pautada na narração dos grandes acontecimentos e nas explicações tecidas pelo autor. A segunda, por sua vez, é de maior fôlego e, como o título já sugere, desce aos pormenores das estruturas político-sociais e econômicas de Roma. Assim, descrições economicistas detalhadas e imagens de registros arqueológicos abundam no livro.

O substrato comum delas são a influência e o objetivo. Escritas logo após o exílio, Rostovtzeff enxergava uma semelhança notável entre os eventos experimentados pela Rússia Bolchevique e os ocorridos na Roma Antiga; a tal ponto de não hesitar em utilizar termos como “luta de classes”, “capitalismo”, “proletariado” e “democratas” para se referir aos tempos da antiguidade (1983).

Os tópicos seguintes se ocuparão em explicar o porquê disso.

CAPITALISMO - DISCUSSÃO ECONÔMICA

Desde o século XIX, a natureza da economia antiga tem sido fonte de controvérsia entre os historiadores. Para alguns, como Meyer, eram nítidas as suas semelhanças com o capitalismo moderno [1884] (1912). Para outros, como Bücher, no entanto, tal semelhança é espúria, uma vez que a antiguidade possuía características econômicas fechadas e rudimentares [1893] (1901).

A controvérsia é longa. Traçando uma linha do tempo, podemos ver que ela ocupou a mente dos historiadores da área Antiga por quase um século: desde a década de 1880 (com o embate Bücher-Meyer), passando por Weber e Rostovtzeff (no início do século XX), até chegar a Veyne e Finley, nas décadas de 1960 e 1970.

Para facilitar o estudo, as diferentes tendências foram divididas em grupos. Os partidários do pensamento de Bücher foram denominados “primitivistas”; os de Meyer, “modernistas”; e os de Weber, “institucionalistas” (CARDOSO, 2011). A novidade introduzida por estes últimos foi a refutação de ambos os primeiros. Aceitavam que a economia antiga possuísse um amplo comércio e grandes fontes de enriquecimento; mas negavam que ela pudesse ser caracterizada como capitalista, uma vez que, para tanto, seria necessária “a ética protestante” de acúmulo sem fim de dinheiro.³

Focando na interpretação de Rostovtzeff, podemos principiar dizendo que o seu vocabulário, embora pareça absurdamente anacrônico aos olhos atuais, não se trata de uma posição solitária. Pelo contrário. Tal forma de enxergar a antiguidade como terreno de lutas entre aspirações socialistas e reacionários capitalistas era algo relativamente comum à época, o que pode ser encontrado em alguns trabalhos do começo do século XX. Afinal, anteriormente, nas primeiras páginas do Manifesto Comunista, o próprio Marx já havia feito essa correlação de maneira indireta (2017, p. 22).⁴

³ Ou seja, para os institucionalistas, como Veyne e Finley, a racionalidade dos sistemas antigos e modernos é diferente. Conforme Veyne aponta em *Vie de Trimalchio* (1961), a finalidade do acúmulo de riqueza para os romanos nascidos em classes baixas era o de, primordialmente, comprar terras e, por consequência, se equiparar à nobreza. Ou seja, nesse caso, constata-se que o dinheiro possui, literalmente, um fim, que fecha um círculo de: trabalho, obtenção de riqueza e validação social. Por outro lado, conforme Weber elucida em *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo* (2004), o acúmulo de dinheiro pelos grandes capitalistas obedece a um círculo que, ao invés de fechar, se retroalimenta continuamente, fruto da lógica calvinista. De modo que, herdeira da “ética protestante”, a sociedade inteira se encontra ordenada no sentido de produzir lucro atrás de lucro, sem que a gigantesca soma resultante tenha alguma finalidade para além de gerar ainda mais lucro. Assim, o dinheiro, no capitalismo, ao invés de ter um objetivo final, torna-se um princípio autotélico; isto é, um fim em si mesmo.

⁴ No trecho bem conhecido: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos [...] têm convivido numa guerra ininterrupta [...] que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (2017, p. 22).

Somente a título de exemplo, podem-se citar casos de estudiosos como Frank Abbot, que também descreveu as reivindicações plebeias como “socialistas” que dividiram a sociedade em dois setores rivais (1901, p. 33). Já na literatura, aparece na boca de um dos personagens de *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, que, devido à ambição e à importância que os romanos davam ao dinheiro, “a Antiguidade era capitalista” [1924] (1980, p. 447).

Até certo ponto, é simples compreender a razão. Os debates que ferviam à época, sobretudo nos loucos anos da década de 1920, refletiam com extraordinária nitidez as lutas memoráveis da Roma Clássica: o desejo plebeu de participação política, o anseio de reforma agrária e a resistência da elite patricia. Tudo isso desenha um quadro em que há, de um lado, um grupo social despossuído e revolucionário; ao passo que, do outro, há os conservadores dominantes. É bastante significativo, por exemplo, que um dos partidos comunistas de maior pujança na Europa desse contexto se denominava Liga Espartaquista; em referência, nesse caso, à revolta de escravos liderada por Espártaco e esmagada por Crasso e Pompeu.

Esse panorama demonstra como as apropriações das lutas sociais romanas estavam em voga no concerto europeu da primeira metade do século XX. Os modernos viravam a cabeça para trás e olhavam para os antigos em busca de ideais, exemplos e heróis nos quais pudessem se inspirar e que pudessem emular, a fim de possuir referências para embasar suas pautas no presente.

No entanto, para este artigo, a pergunta que ainda se impõe é: mas era Roma capitalista? Antes de oferecer uma resposta, é importante frisar, a princípio, que os antigos possuíam uma interpretação distinta do que significava a economia.

Do grego *oikos*, casa, e *nomos*, normas, o termo economia aparece pela primeira vez em um tratado de Xenofonte - um discípulo de Sócrates - a respeito do bom gerenciamento do lar (FINLEY, 1973).

Trata-se de um diálogo interessante, travado primeiramente entre Critobulo e Sócrates. Ambos começam a debater as causas que levam alguns a serem abastados, ao passo que outros vivem em constantes apuros financeiros em seus lares. Sócrates, então, passa a relatar um diálogo anterior que teve com Iscômaco, em que este lhe ensinou como fez para ser próspero nos assuntos domésticos: deixou tudo nas mãos de sua sensata mulher. Não antes, é claro, de a instruir devidamente em seus afazeres (1999, pp. 34-35).

É, portanto, uma obra que reforça o padrão grego de que o homem é um animal da pólis (político) e, por isso, deve consagrar seus esforços aos interesses externos à casa; ao passo que à mulher cabe ficar responsável pela esfera privada, constituída pelo lar, pela terra e pelos escravos.⁵ No tratado, o próprio Iscômaco se refere a essa distinção, quando afirma que “certamente não passo meus dias dentro de casa”, uma vez que “minha esposa é bastante capaz de gerenciar nossos assuntos domésticos sem a minha ajuda”.⁶

No campo da modernidade, entretanto, a situação é bastante oposta, pois a economia, para nós, se dá, em maior medida, justamente nos interesses externos ao lar. Ainda assim, há pontos de semelhança entre ambas as visões, os quais se resumem à capacidade administrativa dos

⁵ Cf.: MARQUETTI, Flávia; FUNARI, Pedro. *Gênero e Cidade: Entre o Exposto e o Velado*. In: *Idem* (orgs.). *Autorretrato, Gênero, Identidade e Liberdade*. 1ed. Londrina: ESUEL, 2019, v. 1, p. 21-38.

⁶ XENOPHON. *The Economist*, p. 29. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001173.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022. Traduzido do inglês: “*I certainly do not spend my days indoors, if for no other reason, because my wife is quite capable of managing our domestic affairs without my aid*”.

recursos e à consequente prosperidade material que advém disso. Não à toa, foram os modernos que se apropriaram do arcaico conceito de economia para investigar e definir as leis que regem o gerenciamento dos mercados e a riqueza dos Estados modernos (FINLEY, 1973, pp. 17-20).

Seja como for, essa é uma questão conceitual, que, como qualquer outro conceito, pode ser mobilizada com menor ou maior rigor pelos autores. Certamente, nem todos, como atesta o falecido professor Flamarion Cardoso, têm em alta consideração os escrúpulos linguísticos, bastando que, para serem utilizados, os conceitos possuam uma correlação prática entre os fatos do passado e os do presente (2011). É o que leva certos autores, como Rostovtzeff, a afirmar que, sim, a economia romana era capitalista. E isso por dois motivos. Um, de ordem econômica; já o outro, de ordem psicossocial.

O primeiro diz respeito às grandes conexões do mercado romano e ao seu consequente acúmulo de riquezas. Na literatura, tal aspecto é patente, embora seja relatado, sobretudo, por meio de um viés negativo. A explicação pode ser dada pelo despreço de certos antigos em relação ao comércio, que era visto como uma atividade gananciosa e inferior do ponto de vista intelectual (CÍCERO, 1913, p. 155).⁷ Não à toa, tal ofício era praticado, principalmente, não pelos altivos patrícios, mas sim pelas camadas baixas, como os libertos - escravos alforriados que enriqueciam nos negócios, sobretudo no transporte naval de mercadorias.

O personagem romano célebre que incorpora esse arquétipo é Trimalchão, de Petrónio, que, presente no *Satyricon*, é estereotipado como opulento e licencioso. Tal representação orna com a de outros autores, como

⁷ É relevante pontuar que a passagem referenciada, no entanto, é ambígua. No mesmo trecho, Cícero abre uma exceção e diz que, nos casos de trocas comerciais legítimas em grande escala e em grandes distâncias, o ofício de comerciante pode "merecer o maior respeito" (1913, p. 155).

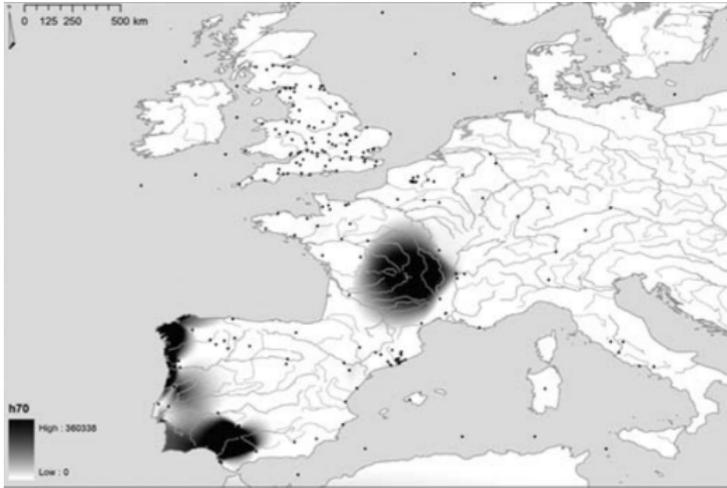
Horácio e Juvenal, que, em suas sátiras, depreciavam os ricos pela ganância e pela ostentação excessiva.

Há um consenso de que o enriquecimento romano por meio do transporte de mercadorias começou ainda no período da República, com as vitórias sobre Cartago nas Guerras Púnicas, em que o Mar Mediterrâneo se transformou, para os romanos, no “nosso mar” - *mare nostrum* (ABBOT, 1901; FUNARI, 2019; ROSTOVTZEFF, 1983). De modo que se tornou possível locomover pessoas e produtos para territórios cada vez mais distantes, à medida que Roma se estendia.

A arqueologia corrobora essa chave interpretativa. Um caso relevante que pode ser citado é o das ânforas - vasos utilizados para guardar e transportar azeite e vinho, dois produtos alimentícios vitais para a economia antiga, cujas vendas eram fontes de vultosas fortunas para os romanos (FUNARI, 2019).

Feitas de cerâmica, as ânforas são fundamentais para evidenciar a extensão dos mercados. Seus fragmentos perduram até hoje, e suas múltiplas origens podem ser rastreadas pelas inscrições que carregavam (*ibid.*). Há uma quantidade formidável de restos de ânforas à disposição dos pesquisadores, já que em Roma havia um verdadeiro aterro onde elas eram depositadas, situado no Monte Testaccio. Rastreado-as, é possível constatar produções na Península Ibérica, na Gália (atual França), na Britânia e na própria Península Itálica (*ibid.*, p. 107). Uma vez que Rostovtzeff definia o capitalismo como “um modo econômico que mira o lucro” (1957, v. 2, p. 543, nota 1), o amplo comércio romano bastaria para se encaixar em características modernas.

Capitalistas e Revolucionários na Roma Clássica...



Pontos de produção de ânforas, no fim da República e início do Principado, espalhados por toda a extensão romana. Retirado de: CARRERAS; MORAIS, 2012, p. 433 *apud* FUNARI *et al*, 2019, p. 107.



Exemplo de ânforas (Dressel 14 da Lusitânia Meridional, território equivalente ao atual sul de Portugal). Disponível em: < <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-meridional-lusitania> >. Acesso em: 29 oct. 2022.

Por sua vez, o segundo dos motivos que levou Rostovtzeff a caracterizar Roma como capitalista - aqui classificado como de ordem psicossocial - diz respeito à possibilidade de ascensão. É fato notável que a sociedade romana constituía um interessante contraponto a outros povos. Desde o período monárquico, a política romana, em maior ou menor medida - a depender do contexto -, foi simbolizada pela extensão dos direitos de inclusão social, sejam aos plebeus, sejam aos estrangeiros. A oportunidade de ingressar nas fileiras do exército; a possibilidade de aspirar ao posto de cônsul; o vislumbre de enriquecimento pelo comércio. Todas essas eram portas que, seja na Monarquia, na República ou no Império, se abriam para os de baixo ascenderem.

Para além da esfera comercial, vale a pena abordar também o campo político-militar, cuja escalada recebe o nome de *cursus honorum*: o caminho da honra (ABBOT, 1901). Tratava-se dos degraus da magistratura que o indivíduo deveria galgar para partir da base e chegar ao topo. Os dois exemplos mais notórios dessa abertura são os antagônicos Mário e Cícero.

O primeiro, de nascimento obscuro, conquistou notoriedade, riqueza e poder através de seus feitos militares (PLUTARCO, 2003). O segundo, por sua vez, possuía origens melhores, embora estivesse longe da nata da aristocracia; seguiu o caminho político e triunfou por meio do intelecto (*ibid.*). Ambos eram *homines novi*: cidadãos que foram os primeiros de suas famílias a alcançarem, por meio do próprio valor, o ápice da República: o cargo de cônsul. Cícero, uma vez. Mário, sete (*ibid.*).

É justamente a junção de tais características - econômicas e psicossociais - que, para Rostovtzeff, tornam a sociedade romana capitalista. Afinal, um dos pilares do capitalismo é o individualismo, pautado no discurso de esforço próprio, mérito e, por consequência, conquista de ascensão social.

Partidário dos *Kadets*, Rostovtzeff não apreciava os ares aristocráticos da Rússia Czarista, de modo que não era de todo indiferente às aspirações do povo. Mas, para ele, a melhoria de vida deveria ser possibilitada pelo Estado e galgada *pari passu* pelo cidadão, e não ser entregue a ele de mão beijada, como, a seu ver, desejavam os *populares*, na Roma, e os bolcheviques, na Rússia.

Na visão de Rostovtzeff, tratava-se de uma questão psicológica. O indivíduo, por inferior que fosse a sua posição social, sabia que, através de seu talento e esforço, poderia ascender - como de fato, por vezes, ocorria. Essa possibilidade estimulava os homens a serem audaciosos e criativos, empreendendo ações únicas. Com efeito, a combinação de ânsia de glória e imperialismo capitalista - que, através da colonização e do comércio, levou a civilização aos povos conquistados - constitui as origens de onde a grandeza romana surgiu (1983).

Tanto na esfera material quanto na intelectual, Roma lavrou e refinou, ao longo de quase um milênio, a nata da sociedade, cujas contribuições se veem até hoje - no Direito, na literatura, na filosofia, no militarismo e nas construções públicas. Os aquedutos, as termas, os monumentos, as estradas, as redes de esgoto, os anfiteatros, etc., impressionavam até mesmo os antigos (HALICARNASSO 3. 67), a ponto de Rostovtzeff dizer que

Roma, a enorme e linda capital do mundo, era obviamente a cidade mais admirada e lisonjeada do Império. E ela *merecia* a admiração [de seus] contemporâneos tanto quanto ela *merece a nossa*: quão linda Roma é até mesmo em suas ruínas, quão impressionante [são] seus monumentos públicos - seus templos, os palácios dos imperadores com seus "jardins" na cidade e suas vilas nos subúrbios, seus palácios para o povo (as termas, as

basílicas, os pórticos) e suas praças e jardins públicos (1957, p. 139; tradução e grifos meus).



Detalhe da Ara Pacis (9 a. C.), altar erigido em homenagem a Augusto, em mármore de Carrara. Os monumentos são um dos símbolos de grandeza, tanto pelo material utilizado quanto pela qualidade artística. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tellus_-_Ara_Pacis.jpg>. Acesso em: 20 oct. 2020.

Certamente, Rostovtzeff não foi o primeiro a se impressionar com as ruínas romanas. Antes dele, outros não menos importantes, como Petrarca, Gibbon e Goethe, tiveram uma impressão semelhante (GIBBON, 1906; FUNARI, 2003, p. 99; PANOFKY, 1981). Foram os homens valorosos da plebe e da elite, instigados pelo ânimo capitalista, que ergueram essa Roma tão fascinante. Tanto é que, tão logo a liberdade romana foi sufocada, a grande cidade, pouco a pouco, passou a ruir.

O início do fim se deu após o reinado de Cômodo, que marcou o término da dinastia dos Antoninos e a ascensão da dinastia dos Severos. Rostovtzeff não poupa elogios aos primeiros. Na sua visão, os Antoninos

representavam uma “monarquia esclarecida” - *enlightened monarchy* (1957, p. 106), que lembra o chamado absolutismo esclarecido do século XVIII. Isto é, monarcas que possuíam um amplo poder político e militar; mas que, ao invés de abusarem dele, usavam-no para o bem da própria sociedade, pois eram guiados pela filosofia e pela razão. Em suma: não eram senhores (*domini*), mas sim os primeiros (*principes*) entre os iguais.

De fato, a tradição sempre foi bastante laudatória em relação aos Antoninos. É creditado a Trajano o auge do Império Romano (GIBBON, 1906), e tanto os seus contemporâneos - a exemplo de Plínio, o Jovem - quanto autores dos séculos seguintes, como Dante, louvaram-no por sua magnanimidade e retidão.⁸ Marco Aurélio, por sua vez, é benquisto por ter sido o imperador filósofo, autor das *Meditações*, de caráter estóico. E os monarcas restantes - Nerva, Adriano e Antônio Pio - são lembrados como partes integrantes de uma dinastia exemplar (MAQUIAVEL, 1994, p. 54; VOLTAIRE, 1959, p. 268).⁹

A virada do século II d. C. para o século III, no entanto, marcou uma inflexão em tal processo. Nesse período, ascendeu ao poder Septímio Severo, que, diante do caos provocado por Cômodo, possuía um caráter mais

⁸ Sobre Plínio, o Jovem, conferir o panegírico destinado a Trajano: GIRON, Lucas. *Panegírico de Plínio Segundo* - Tradução e Estudo Introdutório. Tese (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 161, 2017. Já sobre Dante, o poeta da *Divina Comédia* cita Trajano nos seguintes termos: “Aqui brilhava a preeminente glória/Desse famoso Imperador romano,/Por quem Gregório obteve alta vitória./Ao natural tirado era Trajano” (Canto X, Purgatório, vv. 72-6). DANTE. *A Divina Comédia*. Trad. Xavier Pinheiro. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00002a.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2022.

⁹ Nas palavras de Maquiavel: “O estudo da história ensinará também como se pode fundar um bom governo, pois todos os imperadores que subiram ao trono por direito de nascença foram maus, com a exceção de Tito; os adotados como reis foram todos excelentes, como se pode ver pelos cinco que se sucederam, de Nerva a Marco Aurélio” (1994, p. 54). Nas de Voltaire: “[Governantes como] Calígula, Nero, aterrorizaram a terra com suas atrocidades; mas Tito, Trajano, Antônio Pio, Marco Aurélio a consolaram com suas boas ações” (1959, p. 268).

autoritário que os seus antecessores. Havia sido governador da Panônia, no leste europeu, e, quando subiu ao trono, trouxe diversos soldados e costumes típicos das monarquias orientais, de caráter helenístico. Perseguiu senadores, deu benefícios ao exército e isentou os mais pobres de pagar certos impostos, como os das liturgias (1957, pp. 400-410). Assim, na análise de Rostovtzeff, um dos traços mais marcantes da dinastia Severa foi a tentativa de aproximação com as classes mais baixas por meio de favores políticos, militares e sociais; bem ao contrário, portanto, do espírito meritocrático, civilizado e esclarecido dos tempos anteriores.

Já iniciada no reinado de Septímio, essa prática se tornou ainda mais evidente com o seu filho e sucessor Caracala, célebre por ter instituído o edito que concedeu cidadania a todos os homens livres do Império, no que Rostovtzeff via mais uma tentativa de angariar o apoio das massas. Diz-se até mesmo que Septímio, em seu leito de morte, recitou ao seu sucessor, Caracala, a lição de como governar: “enriqueça os soldados e escarneça do resto” - *enrich the soldier and scorn the rest* (1957, p. 403).

Em uma linguagem corrente, mais próxima da nossa, é como se essa chave interpretativa basicamente acusasse os Severos de serem populistas: líderes que, ao invés de criarem políticas que possibilitassem a ascensão dos de baixo, seguiram o caminho fácil de tirar dos ricos para dar aos pobres, a fim de aliciá-los.

A questão piorou após a Anarquia Militar do século III. Imperadores subiam num instante e caíam no seguinte; moedas fracas eram emitidas; a inflação galopava; e, em meio à carestia e à violência generalizada, as pessoas debandavam das cidades. Para solucionar a desordem, foram necessárias medidas duras e enérgicas, que terminaram de estrangular o que ainda havia de liberdade romana.

O responsável por elas foi Diocleciano. Dentre suas ações, destacam-se a divisão do poder imperial e a fixação dos indivíduos em suas terras e em seus postos de trabalho (FUNARI, 2019). Se uma das características singulares de Roma era a mobilidade e a possibilidade de ascensão, pode-se dizer que esse foi o golpe de misericórdia em tal ideal.

Daí em diante na história romana, inexistiu semelhante abertura. A consequência, aos olhos de Rostovtzeff, foi uma prostração geral. Afinal de contas, sem a possibilidade de ascensão, que estímulos as pessoas teriam para proceder com os grandes feitos e com as grandes conquistas? O espírito criativo e engenhoso, que foi a seiva vital de Roma, esmoreceu. Por essa razão, os homens de valor - em todas as áreas - se resignaram e deixaram o campo livre para os inferiores comandarem. A filosofia, a literatura, os avanços militares, a administração pública e os progressos econômicos, na falta de grandes líderes, estancaram a longo prazo. E a consequência veio dois séculos depois, quando Roma caiu.

A essa singular condição psicológica Rostovtzeff deu o nome de “o suicídio da raça”. Isto é, diante da ausência de boas perspectivas tanto no presente quanto no futuro, as classes dominantes deixaram de ter filhos, alargando ainda mais o campo para a ralé da sociedade (1983, p. 300).

A expressão, na realidade, já era utilizada no início do século XX.¹⁰ Tenney Frank, possivelmente, foi um dos primeiros a utilizá-la no contexto da antiguidade, no seu polêmico artigo *Race Mixture in the Social Empire*, no qual, em um viés racista, afirmava que a queda de Roma foi fruto

¹⁰ É possível encontrá-la, por exemplo, em um discurso de Theodore Roosevelt. Cf.: KING, Miriam; RUGGLES, Steven. *American Immigration, Fertility, and Race Suicide at the Turn of the Century*. The Journal of Interdisciplinary History Vol. 20, No. 3 (Winter, 1990), pp. 347-369. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/204082?seq=7#metadata_info_tab_contents >.

no fim das contas, [...] [d]o fato de que as pessoas que erigiram Roma cederam espaço a uma raça diferente. A falta de energia e de empreendimento, [...] o enfraquecimento do moral e do vigor político, todos [esses elementos] foram concomitantes com a diminuição gradual do estoque que, antigamente, havia exibido essas qualidades (1916, p. 705, tradução minha).

Embora negue o teor explicitamente racista de Frank, Rostovtzeff se embasa nele e segue uma lógica semelhante (1957, pp. 539-541). Ela orna bem com as críticas moralistas que eram lançadas ao chamado *fin-de-siècle*, nas quais preocupações higienistas e eugênicas se encontravam na pauta do dia; sobretudo no que dizia respeito à questão da fertilidade.

Para o contexto romano, é difícil provar que tal prática tenha, de fato, acontecido. Isto é, que as elites conscientemente pararam de ter filhos, motivadas pelo pessimismo de sua época. Existem, no entanto, alguns trechos de literatura que servem como embasamento. Versos de Juvenal, ainda no século I d. C., são citados por Frank. O poeta, conhecido pelas suas *Sátiras*, faz um contraste entre as mulheres ricas e as mulheres pobres. Estas, diz ele,

Pelo menos, suportam os perigos do parto e todo
O trabalho de ter de nutrir as suas crias, conforme o destino as
ordena.
Difícilmente uma mulher que dorme em um berço de ouro irá se
deitar nele para o [trabalho de parto].
Tal é o poder dos artificios e dos medicamentos da mulher que
procura
Abortar e, assim, assassinar os embriões humanos em seu ventre
(*apud* FRANK, 1916, p. 704).¹¹

¹¹ Tradução minha, feita com o auxílio do Prof. Dr. Pedro Funari. Tirado da versão inglesa: *Yet at least such women endure the dangers of childbirth, and all/The effort of nurturing their offspring*

O aborto, portanto, assim como o enjeitamento, elucidariam os meios pelos quais ocorreu a mudança de eixo estrutural que levou ao fim de Roma.

FORMAS DE GOVERNAR - DISCUSSÃO SOCIAL

É de Aristóteles a divisão clássica entre formas legítimas e degeneradas de governo. Conforme trata em *Política* (1998, pp. 211-213), as formas legítimas são aquelas que visam ao bem comum, nomeadamente: a monarquia (de um), a aristocracia (dos melhores) e a politeia (dos muitos).¹² Os seus antônimos são a tirania (de um, com benefício pessoal), a oligarquia (dos poucos, geralmente ricos) e a democracia (da turba, geralmente pobres): formas em que os governantes atuam visando aos próprios interesses (*ibid.*). Além do mais, um governo bom é aquele que preserva a estabilidade e evita as revoluções; entendidas, aqui, como um eterno retorno das mudanças de governo, causadas por abusos e más administrações (*ibidem*, p. 255; pp. 349-87; KOSELLECK, 2006).

Rostovtzeff não faz citações diretas a essa divisão, e é difícil encaixar a singularidade romana em tais classificações. Entretanto, é possível encontrar semelhanças com o pensamento aristotélico na sua forma de enxergar as sociedades e os governos, no passado e no presente.

their lot in life dictates./Hardly any woman who sleeps in a gilded bed will lie there in labour./Such is the power of the arts and drugs, of that woman who procures/Abortions, and contracts to murder human embryos in the womb. Disponível em: < https://www.poetryintranslation.com/PITBR/Latin/JuvenalSatires6.php#anchor_Toc282858869 >. Acesso em: 04 set. 2022. No original: *Hae tamen et partus subeunt discrimen et omnis/nutricis tolerant fortuna urgente labores;/sed iacet aurato vix ulla puerpera lecto,/tantum artes huius, tantum medicamina possunt,/quae steriles facit atque homines in ventre necandos/conducit* (Sátiras, VI, v, 592). Leis, como a *Iulia et Papia Poppaea* também são demonstrações de preocupações com a baixa fertilidade romana.

¹² Do grego *Πολιτεία* (1998, p. 212). Na tradução, aparece como "regime constitucional" (*ibid.*, p. 211).

Até mesmo pela experiência com o Terror Vermelho, a sua repulsa maior é dirigida ao governo que assenta o seu apoio na multidão; na maioria das vezes, através de favores e concessões, tais como os realizados pelos Severos. Em contraposição, a melhor forma seria aquela em que apenas os mais dignos assumem a dianteira da sociedade. Mas os melhores, no caso, não seriam pelo nascimento, como na perspectiva aristocrática, e sim pelos feitos e pelas contribuições dadas à sociedade.

Conforme já foi dito no tópico anterior, exalta-se, assim, um ideal meritocrático, em contraposição aos desejos revolucionários, que apresentam um caráter disruptivo ao corpo social. Essa é uma posição que está bem assentada nas próprias fontes romanas. Alguns nomes que podem ser levantados são os de Cícero (*De Officiis* 2.5), Salústio (*Guerra de Jugurta*, XLI-XLII) e Santo Agostinho (*Cidade de Deus*, 3.24). Autores de diferentes períodos que simplesmente rechaçam as tentativas de transformações bruscas na ordem social.

A mais importante e controversa delas ao longo de toda a história romana foi a da reforma agrária. Uma pauta fundamental para os antigos e para os modernos, foi - e tem sido - uma das principais causadoras dos embates que convulsionam a sociedade - dividida entre proprietários e despossuídos. Para o contexto romano, o que chamamos hoje de lutas de classes recebe o nome de Conflito das Ordens (CARY; SCULLARD, 1975).

Na historiografia, é recorrente a interpretação de que o prelúdio para tais conflitos foram as permissões dadas por Sérvio Túlio aos plebeus, que, daí em diante, passaram a ser admitidos às fileiras do exército. A causa da concessão foi a necessidade de ampliar o contingente militar (ABBOT, 1901; ROSTOVTZEFF, 1983).

As armas conferiram às classes baixas uma força que até então não tinham. Mas, ao invés de apontá-las aos patrícios, o *modus operandi* da sua aplicação consistia em recusar-se a lutar nas guerras sempre que uma de suas reivindicações não fosse atendida. Faziam isso abandonando a cidade e refugiando-se nos montes ao redor de Roma.

Conforme relatado por Tito Lívio em *Ab Urbe Condita Libri*, foi assim que, por inúmeras vezes, os plebeus conseguiram ampliar sua participação política na sociedade romana. A criação do tribunato e de diversas leis deveram-se a essa espécie de greve, através da qual a cidade ficava não somente desprotegida, como também desabastecida de víveres, uma vez que, com os plebeus fora, não havia quem plantasse (LÍVIO, 1989, pp. 152-153).

Tal situação, evidentemente, era incômoda aos patrícios, que não desejavam ceder espaço aos plebeus (*ibid.*). Por diversas vezes, resistiram e reagiram; mas, ao fim, precisavam transigir, já que não podiam viver sem eles. Leis como a Canuleia (445 a.C.), Licínia (367 a. C) e Hortênsia (287 a. C.) surgiram assim. A primeira permitia casamento entre plebeus e patrícios; a segunda impunha limites à posse de terras e instituía que um dos côsules fosse plebeu; e a terceira determinava que as decisões dos plebiscitos fossem válidas para toda a sociedade (ABBOT, 2001; ROSTOVITZ, 1983).

Embora tenham sofrido grandes resistências, foram essas leis, conquistadas através de lutas, que garantiram as aberturas tão louvadas por Rostovtzeff. No entanto, havia um limite muito claro nas concessões que poderiam ser feitas: a questão agrária.

Os patrícios já haviam transigido na Lei Licínia. Todavia, parte dos plebeus ainda continuava a reivindicar maiores posses de terra, instigada, sobretudo, pelos irmãos Gracos. A consequência foram violentos distúrbios,

que culminaram na morte de ambos os irmãos e no aprofundamento da polarização da sociedade entre dois grupos antagônicos: os *populares*, partidários dos Gracos e da reforma agrária, e os *optimates*, partidários dos patrícios e da manutenção das posses (ROSTOVTZEFF, 1983). Na visão de alguns, como Rostovtzeff, as guerras que se sucederam foram fruto dessas tentativas de mudanças. A começar pela disputa entre Mário e Sila; passando pelas guerras civis dos triunviratos; até terminar em Augusto. A partir daí, enquanto a elite esclarecida pôde reinar, a ordem se manteve, e Roma prosperou. Os imperadores, de modo geral, fomentaram a liberdade e o empreendedorismo, garantindo a estabilidade necessária para que os cidadãos pudessem contribuir ao Império. A tal ponto que, segundo Rostovtzeff, nos dois primeiros séculos da Era Cristã, a “vida era fácil e alegre” (1983, p. 242) e Roma era um local onde “[...] nunca na história da humanidade [...] um número maior de pessoas desfrutou de tanto conforto” (1983, p. 243). Como já se abordou, foi quando as camadas baixas voltaram a conquistar espaço que Roma declinou. Nessa perspectiva, a queda romana tratava-se de um problema de administração pública. Afinal, sem cabeças esclarecidas e competentes no comando, não houve planejamento militar eficaz para manter os bárbaros fora das fronteiras (como o saque de 410 d. C. comprovou), tampouco houve planejamento governamental efetivo para controlar o descalabro financeiro e o caos social. Nada mais nefasto e subversivo à sociedade, portanto, do que a busca por alterações profundas.

A palavra *seditio* - e suas variações - por diversas vezes é utilizada nas fontes romanas para descrevê-las (CÍCERO, 1913, pp. 184-185). Traduzida comumente como “revolução” (*ibidem*), reforça a correlação que os modernos fazem entre as lutas antigas e as lutas modernas, em que personagens como

os Gracos são livremente caracterizados como socialistas (ABBOT, 1901, pp. 94-5). Rostovtzeff, por exemplo, na década de 1920, afirmou que “nossa era está cheia dos mesmos contrastes políticos violentos que encontramos na época da morte dos Gracos” (1983, p. 106).

O quadro final que se tem é que a queda de Roma serve como um aviso para o leitor moderno. Um aviso de que até as maiores e mais brilhantes civilizações podem ruir pelo efeito das massas insatisfeitas. Isso porque toda sociedade evoluída convive com um incômodo dilema: se as massas forem deixadas à parte do poder, elas se revoltam; e, se forem incorporadas a ele, elas o degeneram (1957, pp. 539-541). Tal dilema constituiria “o problema da decadência da civilização antiga” (*ibid.*, pp. 502-503), o qual, por óbvio, também é um problema moderno, sobretudo para quem viveu a experiência bolchevique. Rostovtzeff não soluciona o enigma; mas, refletindo sobre as formas mais benéficas e nocivas de poder, vê no passado romano uma forma de esclarecê-lo.

Alimentar o ressentimento entre as classes e tomar o controle por meio da violência, tirando de uns para dar a outros, leva apenas à regressão de formas sofisticadas de civilização. Em outras palavras, levam aos estados primitivos da barbárie, numa luta social em que todos perdem.

Longe de pertencer apenas a um debate do século passado, podemos ver essa visão em obras recentes, o que mostra que ainda é relevante. Por exemplo, no livro *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*, em que o autor, Brian-Perkins, adverte que, se Roma pôde ruir, a civilização ocidental dos dias de hoje, se cometer os mesmos equívocos, pode também:

O fim do Ocidente romano foi testemunha de horrores e perturbações de um tipo que sinceramente *espero nunca ter de viver* [...]. Os romanos, antes da queda, estavam tão certos como

nós estamos hoje de que o seu mundo continuaria para sempre [...] inalterado. Estavam errados. Seria sensato *não repetirmos a sua complacência*" (2006, p. 244; grifos meus).

USOS DO PASSADO E CONCLUSÃO

A expressão "usos do passado" é entendida como a apropriação de eventos antigos como forma de legitimar práticas na atualidade (GRALHA, 2017). Afinal, a forma como o passado é visto e julgado tem efeitos na percepção do presente. Isso porque, como aponta Thompson (1981, p. 53), as pessoas, ao analisarem acontecimentos passados, atribuem a eles valores positivos ou negativos; elas olham para um determinado fato histórico e se comovem ou sentem repulsa diante dele. De modo que, por meio dessa valoração, elas buscam no passado uma forma de dizer o que desejariam para o seu presente.

Tem-se, com isso, uma relação mútua, em que eventos do passado e do presente se imiscuem e influenciam a percepção que se tem de um e do outro.

Rostovtzeff, que viveu na pele uma revolução causada por conflitos sociais, enxergou no seu presente um retorno de pautas e transformações que já haviam tumultuado a sociedade no passado. As consequências foram a supressão da liberdade e a barbárie - elementos reavivados pelo bolchevismo, que trazia o caos, a violência e o fim da iniciativa individual, através do seu plano utópico de igualar os cidadãos e planificar a economia. Demoliram, portanto, o motor da sociedade - o indivíduo. Exatamente como os Severos e Diocleciano fizeram - numa analogia que Rostovtzeff não hesita em estabelecer em um artigo publicado em 1921, logo após o exílio, intitulado *Bolshevist Russia and Civilized Mankind*.

Diante desse cenário, a conclusão do artigo retoma a premissa inicial de que “toda história é história contemporânea” para evidenciar como a análise de Rostovtzeff constitui um exemplo extremamente interessante do uso ideológico da disciplina histórica; em que olhos do autor, muito mais do que aos fatos do passado, estão voltados para as preocupações do presente. De modo que os primeiros servem como pano de fundo para justificar os posicionamentos políticos que ele assume nos segundos.

REFERÊNCIAS

AUTORES MODERNOS

ABBOT, Frank. *A history and description of Roman political institutions*. London: Atheneum Press, 1901.

ANDREAU, Jean. *A economia romana era uma economia de mercado?* PHOÏNIX, Rio de Janeiro, 21-22: 99-116, 2015.

BARBOSA, Lydia. *As Catilinárias de Cícero: tradução e estudo retórico*. Tese (Mestrado em Letras Clássicas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 122. 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. Revista de História, n. 62, v. 30, p. 261-294, abr.-jun. 1965.

BÜCHER, Karl. *The Rise of National Economy*. In: *Industrial Evolution*. Translation: Morley Wickett. Toronto: University of Toronto, 1901. Disponível em: < <https://socialsciences.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bucher/IndustrialEvolution.pdf> >. Acesso em 19 mar. 2021.

CARR, E. H. *What is History?*. London: Penguin Books, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Existiu uma economia romana?* Phoïnix, Rio de Janeiro, 17-1: 15-36, 2011. Disponível em: < https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33051/1/Phoinix17-1_artigo2.pdf?ln=pt-pt >. Acesso em: 17 mar. 2021.

- CARY, Max; SCULLARD, H.H. *The Conflict of the Orders*. The First Stage. In: *A History of Rome*. Palgrave Macmillan: London, 1975. Disponível em: < https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-02415-5_7 >. Acesso em: 05 set. 2022.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad.: Maria Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl; Vladímir, Lênin. *Manifesto Comunista; Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FINLEY, Moses. *The Ancient Economy*. Los Angeles: University of California Press, 1973.
- FRANK, Tenney. *Race Mixture in the Roman Empire*. American Historical Review, vol. 21, no. 4, 1916, pp. 689-708. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/1835889?seq=1#metadata_info_tab_contents >. Acesso em: 18 mar. 2021.
- FUNARI, Pedro Paulo *et al.* *Arqueologia e Economia no Mediterrâneo: das origens à dominação romana*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Mikhail Rostovtzeff: archaeology, past and present*. In: Víctor Revilla Calvo *et al.* (org.). *Ex Baetica Romam: homenaje a José Remesal Rodríguez*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2020. Disponível em: < https://www.academia.edu/42148402/Mikhail_Rostovtzeff_archaeology_past_and_present >. Acesso em: 17 mar. 2021.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GAIA, Deivid Valério. *Questões para o estudo da Economia Antiga*. MARE NOSTRUM, São Paulo, ano 2010, v.1, pp. 84-98.
- GIBBON, Edward. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. New York: Fred de Fau & Company, 1906, v. 1.
- GIRON, Lucas. *Panegírico de Plínio Segundo - Tradução e Estudo Introdutório*. Tese (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 161, 2017.

- GRALHA, Julio. *Antiguidade na Modernidade: os usos do passado como possível abordagem explicativa*. In: SILVA, G. J.; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, PEDRO; GRALHA, J.C.M.; RUFINO, R (orgs). *Antiguidade como Presença: antigos, modernos e os usos do passado*. Curitiba: Prismas, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. *A história de baixo para cima*. In: *Idem. Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FIELD, James. *The Purpose of the Lex Iulia et Papia Poppaea*. The Classical Journal, Apr., 1945, Vol. 40, No. 7, pp. 398-416. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3292043>>. Acesso em: 21 oct. 2022.
- JÚNIOR, Widerman. *Resenha da Obra: ROSTOVITZEFF, Mikhail Ivanovich. História de Roma*. São Paulo: Zahar Editora S.A., 1983. Revista de História da UEG, v. 10, p. e012117-6, 2021. Disponível em:<<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10822>>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- KING, Miriam; RUGGLES, Steven. *American Immigration, Fertility, and Race Suicide at the Turn of the Century*. The Journal of Interdisciplinary History Vol. 20, No. 3 (Winter, 1990), pp. 347-369. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/204082?seq=7#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 05 set. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado - Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Trad. Wilma Maas e Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MANN, Thomas. *A Montanha Mágica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MARQUETTI, Flávia; FUNARI, Pedro. *Gênero e Cidade: Entre o Exposto e o Velado*. In: *Idem (orgs.). Autorretrato, Gênero, Identidade e Liberdade*. 1ed. Londrina: ESUEL, 2019.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- MEYER, Eduard. *Histoire de l'Antiquité*. Trad.: Maxime David. Paris: Libraire Paul Geuthner, 1912. Disponível em: < <https://archive.org/details/histoi-redelantiq01meyeuoft/page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

- ROSTOVTZEFF, Mikhail Ivanovich. *História de Roma*. Tradução de Waltersin Dutra. São Paulo: Zahar Editores S.A., 1983.
- ROSTOVTZEFF, Mikhail Ivanovich. *The Social and Economic History of the Roman Empire*. Oxford: Claredon Press, [1926] 1957.
- ROSTOVTZEFF, Mikhail Ivanovich. *Bolshevist Russia and civilized Mankind*. The Journal of International Relations. Worcester, v.11, n.4, p. 517-528, 1921.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TURGOT, Jacques. *Laissez-faire!* - Textes choisis et présentés par Alain Laurent. Paris: Les Belles Lettres, 1997.
- VEYNE, Paul. *Vie de Trimalcion*. Annales. Economies, sociétés, civilisations. 16e année, N.2, 1961. Disponível em: < https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1961_num_16_2_420704>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad.: Antônio Moreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- VOLTAIRE. *História de Jenni ou o Ateu e o Sábio*. In: *Idem. Romances e Contos*. Trad.: Lívio Teixeira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959, v. 2.
- WARD-PERKINS, Brian. *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*. Tradução: Inês Castro. Lisboa: Alétheia Editores, 2006.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AUTORES ANTIGOS

- AGOSTINHO, S. *A Cidade de Deus*. Trad.: João Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, v. 1.
- ARISTÓTELES. *Política*. Trad.: Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Belo Horizonte: Vega, 1998.

- DANTE. *A Divina Comédia*. Trad. Xavier Pinheiro. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb00002a.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2022.
- CÍCERO. *De Officiis*. Translation: Walter Miller. Cambridge: Harvard University Press, 1913.
- HALICARNASSO, Dionísio de. *Historia Antigua de Roma*, Libros I-III. Trad. Elvira Jiménez, Ester Sanchez. Madrid: Editorial Cremos, 1984.
- HORÁCIO. *Satiras*. Introducción, versión y notas de Francisco Montes de Oca. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1961.
- JUVENAL. *The Satires*. Translation: A. S. Kline. Disponível em: < https://www.poetryintranslation.com/PITBR/Latin/JuvenalSatires6.php#anchor_Toc282858869 >. Acesso em: 04 set. 2022.
- LÍVIO, Tito. *História de Roma*, Ab Urbe Condita Libri. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989, v. 1.
- PETRÔNIO. *Satyricon*. Trad.: Miguel Ruas; Introdução de Giulio Davide Leoni. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.
- PLUTARCO. *Vies, Tome VI - Pyrrhos, Marius, Lysandre, Sylla*. Trad. Robert Flacelière, Émile Chambry. 2ed. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- PLUTARCO. *Vies, Tome XII - Démosthène, Cicéron*. Trad. Robert Flacelière, Émile Chambry. 2ed. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Trad.: Joaquín Álvarez. Madrid: Editorial Cremos, 1990.
- XENOFONTE. *Econômico*. Trad. Anna Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- XENOPHON. *The Economist*. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001173.pdf> >. Acesso em: 04 set. 2022.